

GONZAGA, Ubaldino

*dep. fed. BA 1927-1929.

Ubaldino Gonzaga nasceu na cidade de Entre Rios (BA) no dia 24 de dezembro de 1880, filho de José Luís Gonzaga e de Joaquina Soares.

Transferindo-se para Salvador, dedicou-se ao jornalismo, inicialmente no *Correio de Notícias*, de propriedade de Severino Vieira, que depois foi fundido com o *Diário da Bahia*. Só deixou o jornalismo em 1902, após ter-se bacharelado em 15 de março pela Faculdade Livre de Direito da Bahia, em turma que teve como paraninfo o professor Afonso de Castro Rabelo. Após concurso público, foi nomeado promotor público da comarca de Ribeira, com sede em Barreiras, e em seguida transferido para a comarca de Jacobina, ambas na Bahia. Em 1904, foi nomeado juiz preparador da comarca de Alagoinhas.

Político militante, só se candidatou a cargo eletivo em 1907, quando foi eleito deputado estadual pelo 4º distrito para a legislatura 1907-1908. Nessa ocasião, voltou a residir em Salvador. Foi segundo secretário da mesa diretora da Assembléia e, concluído o mandato, não pleiteou a reeleição. Tampouco quis retornar à judicatura, dedicando-se inteiramente ao exercício da advocacia nas áreas cível e comercial.

Em 1919, na Convenção Estadual do Povo Baiano que escolheu o juiz federal Paulo Fontes como candidato ao governo da Bahia em oposição a J. J. Seabra, foi segundo secretário da mesa. Na presidência da mesa estava o senador Rui Barbosa, de quem era amigo pessoal e a quem acompanhou durante périplo que realizou pelo interior do estado a fim de fortalecer a candidatura oposicionista.

No governo Góis Calmon (1924-1928) foi membro do Conselho Superior de Ensino e da Comissão de Ensino Primário. Nesta última, esteve ao lado de Anísio Teixeira, Landolfo Pinho Magalhães, João Gonçalves Pereira, Alfredo Rocha, Alberto de Assis e Artur Gomes de Carvalho na elaboração da Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, e do Decreto nº 4.312, de 30 de dezembro do mesmo ano, a primeira reformando a Instrução Pública do Estado da

Bahia, e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal. Em 1927, foi eleito deputado federal. Tomou posse a 2 de maio de 1927, mas renunciou ao mandato em 23 de fevereiro de 1929.

Em seguida foi eleito senador estadual para a legislatura 1929-1930, mas não completou o mandato devido à dissolução das casas legislativas em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Daí em diante passou a integrar o grupo de políticos baianos que se denominava autonomista e defendia a indicação de um nome local para dirigir o estado, fazendo vigorosa oposição ao interventor Juraci Magalhães. Nesse período esteve ao lado de nomes como Otávio e João Mangabeira, Simões Filho, Pedro Lago e Miguel Calmon. Durante a interventoria de João Vicente Bulcão Viana (novembro de 1945 a fevereiro de 1946), foi secretário estadual da Fazenda.

Tendo integrado o grupo de empresários e intelectuais que fundou, em 23 de fevereiro de 1932, o Rotary Clube da Bahia, fez parte de seu conselho diretor como primeiro vice-presidente de 1944 a 1945. Foi também membro do Conselho da Ordem dos Advogados, seção Bahia. Foi amigo pessoal de diversos governadores baianos, ao lado dos quais militou na política, tendo privado da intimidade de Luís Viana, Severino Vieira, José Marcelino, J. J. Seabra, Góis Calmon, Vital Soares e Otávio Mangabeira.

Em 1967, dez anos antes de sua morte, concedeu entrevista ao jornal *A Tarde*, com a condição de que só fosse publicada após a sua morte. Nela declarou que nunca aceitou emprego público permanente, e que quando os ocupou foi por pouco tempo, nunca ultrapassando mais de um ano. Mesmo no Legislativo não pleiteou a reeleição, embora isso lhe fosse fácil. Explicou: “Fui eleito deputado pelo 4º distrito eleitoral, ganhando 2 contos e 100 mil réis por mês. Como já tinha filhos, era pouco, e preferi não ser reeleito. Nunca me deixei seduzir pela política. Em 1929, fui eleito senador estadual, no governo Vital Soares, mas também não me candidatei à reeleição. Ganhava 3 contos de réis como senador.” Sobre a renúncia ao mandato de deputado federal, quando recebia o subsídio de 6 contos de réis mensais, justificou-se: “É que minha família era grande, 10 filhos, e o dinheiro era pouco. Tendo de me transferir para o Rio, tive que manter duas casas, uma lá e uma aqui com os

meninos. Tive ainda de colocar as filhas em colégios, internas, e a despesa era grande. Vendo que estava ficando em situação difícil, preferi renunciar e voltei à minha advocacia.” Faleceu na cidade do Salvador no dia 14 de setembro de 1977, aos 97 anos, sendo o mais antigo advogado do fórum baiano em exercício.

Casou-se com Maria Augusta Oliveira Gonzaga, com quem teve dez filhos. Ao falecer, viúvo, deixou 24 netos e 25 bisnetos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); .BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico; Diário Oficial do Estado da Bahia*; MELLO, A. *Cartilha; Revista do Rotary Clube da Bahia* (jun. 1944). Conselho diretor para 1944-1945; *Revista do Rotari Clube da Bahia* (maio 1940). Quadro de representantes dos Rotari Clube do Brasil no Rotari Clube da Bahia e Comissões e subcomissões; *Revista do Rotari Clube da Bahia* (maio 1940). Rotari Baiano; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.61/62/68); SAMPAIO, C. *1895-2005* (p.74/75); *Tarde* (15/9/1077). Perdeu o fórum o seu mais antigo advogado.